



Boletim informativo

Curitiba, 12 de junho de 2012.

Nesta edição

1. Número de expedientes	1
2. e-Mandado	2
3. Alvará de soltura eletrônico	2
4. Atendimento prioritário aos portadores de necessidades especiais	2
5. Publique-se	3
6. Mesa do Corregedor e Correição virtual	3
7. Assessores do TJRO visitam a Corregedoria	4
8. CNJ quer ação para esvaziar pátios de Foz	4
9. Posse dos Juízes Substitutos	5
10. Curso para Juízes vitaliciandos	5
11. Novos técnicos para a área da infância	5
12. Criação de novos cargos para o DTIC	6
13. Formatura da 20ª e 21ª Turmas da EMAP de Maringá	6
14. Solenidade de 25 anos da EMAP de Londrina	6
15. Atividades no Complexo Médico-Penal	7
16. CNJ regulamenta a destinação da prestação pecuniária	7
17. Ministra Eliana Calmon visita o Paraná	8
18. I Encontro Regional dos Conselhos da Comunidade de Curitiba, da Região Metropolitana e do Litoral	8
19. Juízes substitutos participam das atividades de correição	9
20. Conhecendo a Corregedoria	9
21. Calendário de Correições	9

Mensagem da Corregedoria-Geral da Justiça

Caro colega,

Temos a honra de repassar informações sobre alguns fatos relevantes acontecidos no mês último, e outros previstos para o mês corrente.

Atenciosamente,

Noeval de Quadros
Corregedor-Geral

Lauro Augusto Fabrício de Melo
Corregedor da Justiça

“A um imperador que queria invadir o país dos seus inimigos e exterminá-los, e depois foi visto bebendo e comendo com eles, perguntaram-lhe: ‘Não querias exterminar os teus inimigos?’, e ele respondeu: Exterminei todos, tornei-os meus amigos.”

(Johannes Tauler)

1. Número de expedientes

Foram atuados na Corregedoria 706 processos novos, no mês de maio. Para o Corregedor-Geral foram distribuídos 961 processos diversos, para manifestação ou voto e para o Corregedor da Justiça, 660. Foram proferidas 905 decisões monocráticas pelo Corregedor-Geral e 289 pelo Corregedor da Justiça.

No Conselho da Magistratura, foram relatados 02 feitos pelo Corregedor-Geral e 01, pelo Corregedor da Justiça.





2. eMandado

Desde a sua implantação, em setembro de 2010, o sistema de mandado de prisão eletrônico também se revelou bastante preciso, com economia de papel, envelopes, selos, além da garantia de imediato recebimento pelas autoridades encarregadas de seu cumprimento, e ou revogação (contramandados). Até o momento, já foram expedidos 51.238 mandados de prisão por esse meio, no Estado.

3. Alvará de soltura eletrônico

Em funcionamento desde o dia 07 de maio de 2012, já foram expedidos 2.336 (média/dia de 101,57) alvarás de soltura no Estado, dos quais foram cumpridos 2.294.

A integração entre os órgãos do Poder Judiciário e do Executivo, sobretudo na área do Departamento Penitenciário e delegacias, tem garantido o sucesso da ferramenta.

No dia 10 de maio foi realizada reunião na Corregedoria-Geral da Justiça com o Juiz Auxiliar do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, Nivaldo Brunoni, e com o Juiz Diretor do Foro da Seção Judiciária do Paraná, Friedmann Wendpap, para apresentação do sistema e-mandado (mandados de prisão e alvarás de soltura eletrônicos).

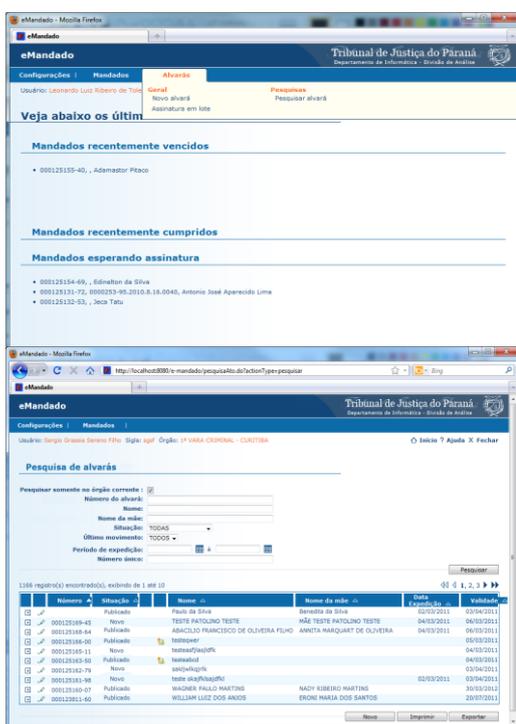
Ambos os magistrados tiveram excelente impressão do sistema e foram iniciadas tratativas objetivando a integração da Justiça Federal e da Polícia Federal, ficando agendada a data de 19 de junho próximo para apresentação do sistema aos técnicos de informática do TRF-4 e da Superintendência Regional da Polícia Federal.

4. Atendimento prioritário aos portadores de necessidades especiais

A Resolução nº 43, aprovada pelo Órgão Especial em 11 de maio, especializa uma das Secretarias dos Juizados Especiais de Curitiba (Foro Central e São José dos Pinhais), Ponta Grossa, Maringá, Londrina, Cascavel e Foz do Iguaçu para atender prioritariamente as ações envolvendo interesses de pessoas portadoras de necessidades especiais.

Em Curitiba, será o 6º Juizado o que deterá competência absoluta para apreciar essas demandas. Nas demais comarcas, a indicação será feita no prazo de seis meses.

O Tribunal ficará encarregado da capacitação dos servidores e das condições de estrutura e acessibilidade. A proposição foi feita pelo Conselho de Supervisão dos Juizados Especiais, presidido pelo 2º Vice-Presidente, Des. Ivan Bortoletto.



7. Assessores do TJRO visitam a Corregedoria

Quatro assessores da Corregedoria da Justiça do Estado de Rondônia estiveram, de 23 a 25 de maio, em visita ao Tribunal de Justiça do Paraná. Vieram conhecer os sistemas utilizados pela nossa Corregedoria, além de visitar outros Departamentos do Tribunal. Os assessores Alessandra, Ângela, Marcelo e Mozart disseram-se bastante impressionados com o que viram no Departamento de Tecnologia, onde lhes foram mostrados os programas de "Correição Virtual", "Geoprocessamento" e "Mesa do Corregedor", além do SAVAM-Sistema de Avaliação de Produtividade dos Magistrados.



Os assessores da Corregedoria tiveram proveitosa conversa com o Corregedor-Geral e o Corregedor da Justiça, além dos juízes auxiliares (foto). Conheceram ainda o NEGE- Núcleo de Estatística e a Assessoria de Planejamento e Controle do Orçamento, do nosso Tribunal. Mostraram interesse ainda em conhecer o programa Justiça nos Bairros, FUNREJUS, FUNARPEN e Ouvidoria. O Tribunal de Justiça de Rondônia é o mais novo do País. Tem 21 desembargadores e 120 juízes.

É a segunda visita que o TJPR recebe, em um mês, de outras Corregedorias. No final de abril, quem visitou o Tribunal foi o Corregedor da Justiça das Comarcas do Interior da Bahia, des. Antonio Pessoa Cardoso, interessado em conhecer o funcionamento de alguns setores.

8. CNJ quer ação para esvaziar os pátios em Foz



O CNJ está empenhado em eliminar as restrições que estão impedindo a alienação de veículos apreendidos por contrabando pela Receita em Foz do Iguaçu (PR). O grupo de trabalho, formado por representantes do Departamento de Trânsito do Paraná (Detran-PR), da Superintendência da Receita Federal no Estado, do TRT da 9ª Região, do Tribunal de Justiça do Paraná (TJPR), além de membros da própria Corregedoria Nacional de Justiça, se reuniu no dia 18 de maio, na sede da Corregedoria do TJPR, em Curitiba. Cada órgão deverá designar um representante, que trabalhará temporariamente em uma sala no TJPR.

"Há carros com várias restrições e nem sempre um órgão tem a informação sobre o atual status destas restrições ou de que vara judicial veio determinada decisão. A ideia é que os órgãos tenham acesso a todos os sistemas e que o trabalho do grupo fique concentrado num local só, para que a remoção destas restrições seja rápida e menos burocrática", afirma o juiz Marlos Melek, do CNJ.

Atualmente, há cerca de 7 mil veículos apreendidos por contrabando no pátio da Receita em Foz do Iguaçu. O tempo médio de permanência de cada veículo no pátio é de três anos. Cerca de 25% dos carros que ingressam no pátio, de acordo com Melek, apodrecem. A Corregedoria Nacional de Justiça pretende coordenar as ações dos diversos órgãos envolvidos na questão para permitir a alienação antecipada dos veículos e evitar a deterioração destes bens.



Num primeiro momento, o grupo se concentrará em obter informações sobre as restrições que envolvem cada veículo. A partir disso, os órgãos tentarão remover os entraves que ainda impedem a alienação dos veículos. "Removidos esses obstáculos, faremos grandes leilões. Os vencedores já poderão sair com documentação do Detran na hora", explica. Segundo o juiz auxiliar da Corregedoria, a meta do grupo de trabalho é conseguir leiloar de 2 mil a 2,5 mil veículos que estão no pátio de Foz do Iguaçu.

9. Posse dos Juízes Substitutos

Foram 39 os juízes substitutos empossados no dia 17 de maio, em concorrida solenidade, realizada nas dependências do Tribunal Pleno. A juíza substituta Joseane Catusso Lopes de Oliveira, primeira colocada do concurso, discursou em nome dos empossados. O presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Miguel Kfourri Neto, saudou os novos juízes destacando a importância da conquista para eles e também para o Poder Judiciário. "Os senhores conquistam hoje uma vitória incomensurável, vitória esta demonstrada, sobretudo, pela inteligência, conduta e determinação".



Além do desembargador Kfourri, também compuseram a Mesa de Honra o vice-presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministro Félix Fischer; o corregedor-geral do TJ, desembargador Noeval de Quadros; o representante da banca examinadora do Concurso de Juiz Substituto, desembargador Guido José Döbeli; o presidente da Associação dos Magistrados do Paraná (Amapar), Fernando Swain Ganem; o secretário do Tribunal de Justiça, Acir Bueno de Camargo; o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) – seção Paraná -, José Lúcio Glomb e o presidente do Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul, desembargador Hildebrando Coelho Neto. Vários desembargadores e juízes prestigiaram o evento.

Outros 20 juízes aprovados no último concurso aguardam nomeação.

Novo concurso para juiz substituto já foi iniciado, para 47 vagas.

10. Curso para juízes vitaliciandos

Numa promoção da Escola da Magistratura do Paraná, em conjunto com a AMAPAR e TJPR, aconteceu de 4 a 6 de junho em Curitiba, um curso para juízes vitaliciandos. Houve ênfase para situações práticas da vida judicante, além de módulos sobre teoria da argumentação, saúde emocional e psicológica dos magistrados, tutelas de urgência, administração judiciária, sociologia jurídica, tutelas de urgência, procedimentos de execução penal e procedimentos da Corregedoria da Justiça.



O curso contou com palestra do Dr. Vitor Roberto Silva, Juiz Auxiliar da Corregedoria, que falou sobre os Procedimentos Administrativos.

11. Novos técnicos para a área da infância e juventude

O Presidente Miguel Kfourri autorizou a contratação de 75 novos técnicos, da área de psicologia e assistência social, dando início ao plano de recomposição e complementação do quadro de equipes interprofissionais com atuação nas varas da infância e juventude do Estado.

A providência atende a Recomendação nº 2/2006 e a Resolução nº 113 do Conselho Nacional de Justiça, bem como a sugestão feita pelo Conselho de Supervisão dos Juízos da Infância e Juventude, presidido pelo Des. Fernando Wolff Bodziak e prioriza as comarcas que atendam determinados critérios, estabelecidos em criterioso estudo feito pela equipe encarregada. Com essa medida, passarão a ser 72 as Comarcas do Estado que terão, pelo menos, um técnico (psicólogo ou assistente social), em sua estrutura funcional.



12. Criação de novos cargos para o DTIC

Foi aprovado pelo Órgão Especial e, depois, pela Assembléia Legislativa, o projeto de lei nº 161/12, que cria 83 vagas no quadro da Secretaria do TJPR, sendo 30 cargos de analista de sistemas, 3 de designer gráfico e 50 de técnico em computação, para permitir a expansão do Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação.



A finalidade da proposta é o atendimento da grande demanda de atividades desenvolvidas atualmente no âmbito do Judiciário, quer pela absorção de serviços e sistemas prestados por terceiros, quer para o atendimento do elevado número de processos. A prioridade, neste momento, é a área de informática, já que nos últimos anos o Judiciário tem investido maciçamente na informatização dos processos que são distribuídos em todas as comarcas do Estado.

Presidentes e corregedores de tribunais brasileiros participaram no dia 29 de maio do I Encontro Nacional sobre Processo Judicial Eletrônico (PJe), promovido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em Brasília. O objetivo do seminário foi promover a troca de experiências entre os tribunais que utilizam o sistema de automação dos processos judiciais, o PJe.

13. Formatura da 20ª e 21ª Turmas da EMAP de Maringá

Na sexta-feira, 18 de maio, o corregedor-geral da Justiça, desembargador Noeval de Quadros e o diretor da Escola da Magistratura do Paraná, juiz Joscelito Giovani Cé, estiveram na cidade de Maringá para a formatura das 20ª e 21ª turmas do Curso Preparatório para Ingresso na Magistratura. Durante a solenidade o corregedor-geral da Justiça proferiu palestra aos formandos. Foram 77 alunos que receberam o certificado de conclusão do curso de especialização em Direito Aplicado.



Estiveram presentes também ao evento o advogado e professor de Direito Constitucional, paraninfo das turmas, Zulmar Fachin; a magistrada e professora de Prática Cível, Kétbi Astir José, que foi o nome de Turma; a representante da presidência da Associação dos Magistrados do Paraná (Amapar), Mônica Fleith; o diretor do núcleo da EMAP em Maringá, William Artur Pussi, o vice-diretor, Humberto Luiz Carapunarla, além de vários juízes e autoridades.

14. Solenidade de 25 anos da EMAP de Londrina

De 28 de maio a 1º de junho foi realizada a VI Jornada de Estudos Jurídicos, em promoção da EMAP-Londrina e UNOPAR, para comemorar o Jubileu de Prata na Escola da Magistratura naquela Comarca.

A Jornada foi iniciada com a palestra do Presidente do TJPR, Des. Miguel Kfoury e encerrada com palestras do juiz Rodrigo Amaral, sobre o processo sincrético e do Corregedor-Geral, sobre a carreira da magistratura.

A seguir, os juízes e familiares confraternizaram no Buffet Mores, quando foram homenageados os Diretores da EMAP-Londrina que já se aposentaram, desde o primeiro, Miguel Horst Bompeixe Koehler, bem como o secretário Aduino Luiz Fazon, que se encontra na Escola desde a sua instalação. O atual diretor da EMAP é o Dr. Rafael Vasconcelos Pedroso.



Confraternização realizada em Londrina para comemorar o Jubileu de Prata da EMAP – Núcleo de Londrina.



A Desª Joeci Machado (1ª foto), coordenadora do Projeto Justiça nos Bairros, o Juiz Eduardo Lino Fagundes (2ª foto) e o Juiz Moacir Dalla Costa (3ª foto) prestando atendimento durante o Mutirão realizado no Complexo Médico Penal de Pinhais.

15. Atividades no Complexo Médico-Penal

A 1ª e 2ª Varas de Execuções Penais de Curitiba realizaram, nos dias 10 e 11 de maio, mutirão no Complexo Médico Penal, localizado em Pinhais.

Todos os processos de execução de medidas de segurança (431) foram revisados.

O objetivo do mutirão foi manter no Complexo apenas os pacientes submetidos a medidas de segurança por ilícitos penais graves e considerados perigosos.

Até o final de julho, a Secretaria de Ação Social do Paraná deverá encaminhar 50 internos que não possuem mais vínculos com a família para uma clínica psiquiátrica, localizada no interior do Estado.

A medida foi tomada após convênio do governo com as secretarias de Ação Social, de Justiça e de Saúde.

Outros 46 foram entregues aos seus familiares e outros 12 restantes – beneficiários da Previdência Social – foram encaminhados para instituições para receberem tratamento psiquiátrico.

A iniciativa louvável dos magistrados Moacir Dalla Costa e Eduardo Lino Bueno Fagundes, em parceria com a Des. Joeci Machado, coordenadora do Projeto Justiça nos Bairros, e o trabalho dedicado realizado pelos servidores e que teve apoio da Corregedoria-Geral da Justiça, foi objeto de elogio pelo Conselho Nacional de Justiça, que veiculou notícia em seu site no dia 31 de maio.

A Corregedoria da Justiça, em conjunto com a Secretaria de Justiça, tem encetado esforços para a implantação da política antimanicomial nos moldes preconizados pela Recomendação nº 35 do CNJ e pela Lei nº 10.216/2001, ficando restrita a aplicação da medida de segurança de internamento para os agentes considerados perigosos.

16. CNJ regulamenta a destinação da prestação pecuniária

Na sessão do dia 21 de maio foi aprovada, pelo Conselho Nacional de Justiça, resolução que define a política institucional do Poder Judiciário na utilização de recursos oriundos da pena restritiva de direitos de prestação pecuniária (Ato Normativo nº 0005096-40.2011.2.00.0000).

A resolução aprovada teve origem em proposta de trabalho elaborada por grupo de trabalho, do qual fez parte a Corregedoria-Geral da Justiça do Paraná.

A nova regulamentação prevê que o recolhimento dos valores, quando não destinados à vítima ou aos seus dependentes, deverão ser pagos em conta judicial vinculada à unidade gestora, com movimentação apenas por meio de Alvará Judicial, vedado o recolhimento em cartório ou secretaria.

A receita arrecadada deverá ser destinada à entidade pública ou privada com finalidade social, previamente conveniada, ou para atividades de caráter essencial à segurança pública, educação e saúde, desde que essas atendam áreas vitais de relevante cunho social, a critério da unidade gestora.



*"Há duas maneiras de ser rico:
quando se tem muito, ou
quando se precisa de pouco."*

*(Franz Flossner, O sorriso dos
adivinhos).*

A receita da conta vinculada será destinada a financiar projetos apresentados pelos beneficiários, priorizando o repasse desses valores aos beneficiários que:

- a) mantenham, por maior tempo, um número expressivo de cumpridores de prestação de serviços à comunidade ou entidade pública;
- b) atuem diretamente na execução penal, assistência à ressocialização de apenados, de assistência às vítimas de crimes e para prevenção da criminalidade, incluídos os conselhos da comunidade;
- c) prestem serviços de maior relevância social;
- d) apresentem projetos com viabilidade de implementação segundo a utilidade e a necessidade, obedecendo-se aos critérios estabelecidos nas políticas públicas específicas.

É vedada a escolha arbitrária e aleatória dos beneficiários. Caberá às Corregedorias, no prazo de seis meses, regulamentar os procedimentos atinentes à forma de apresentação e aprovação de projetos e a forma de prestação de contas das unidades conveniadas perante a unidade gestora.



17. Ministra Eliana Calmon visita o Paraná

A Corregedora Nacional da Justiça, Min. Eliana Calmon, participou de vários eventos no Paraná, entre 23 e 25 de maio. Primeiro, ela promoveu palestra a convite da Escola da Magistratura, Núcleo de Londrina, no dia 23 sobre "O Poder Judiciário e o CNJ", para alunos daquela instituição, que completava seu Jubileu de Prata. No dia 24, a Ministra proferiu palestra no "VI Congresso Jurídico Integrado", promovido pela OAB de Maringá. Nas duas cidades, a Corregedora aproveitou para reunir-se com juízes estaduais, federais e trabalhistas para discutir assuntos de interesse da magistratura.

No dia 25 de maio, a Ministra proferiu a palestra de abertura do "Seminário Trabalho, Conflito e Conciliação", promovido pelo TRT-PR, em sua sede, em Curitiba.

18. I Encontro Regional dos Conselhos da Comunidade de Curitiba, da Região Metropolitana e do Litoral

A Corregedoria-Geral da Justiça do Paraná participou do I Encontro Regional dos Conselhos da Comunidade de Curitiba, da Região Metropolitana e do Litoral realizado no dia 26 de maio. Na ocasião, houve a apresentação de boas práticas, troca de experiência e capacitação dos representantes dos conselhos por meio de palestras. O próximo encontro está previsto para o mês de agosto em Irati. A Corregedoria tem incentivado a atuação dos Conselhos da Comunidade como órgão auxiliar na execução penal, e nas correições tem avaliado a atuação dos magistrados perante os conselhos que supervisionam (Provimento nº 68/2005).



O evento contou com palestra do Dr. Roberto Negrão, Juiz Auxiliar da Corregedoria, que falou sobre a relação do Juiz com o Conselho da Comunidade.



19. Juízes substitutos participam das atividades de correição

Nos dias 23 e 24 de maio, durante a correição realizada na Comarca de Campo Mourão, os juízes substitutos daquela Seção Judiciária, Marcel Ferreira dos Santos e Luciano Souza Gomes, recém-empossados, acompanharam a equipe da Corregedoria-Geral em trabalho de inspeção nas serventias do foro extrajudicial.

Os juízes disseram que essa prática lhes será muito útil no exercício da função de corregedor do foro extrajudicial, que passarão a exercer.

20. Conhecendo a Corregedoria

Desde o final do mês de maio, passaram a integrar a equipe de juízes Auxiliares da Corregedoria, os juízes Alexandre Barboza Fabiani e Guilherme Demz.

Nas próximas edições, passaremos a conhecer melhor o currículo de cada um.

"Ensinando os outros, você também aprenderá."

(George Ivanovitch Gurdjieff)

21. Calendário de Correições

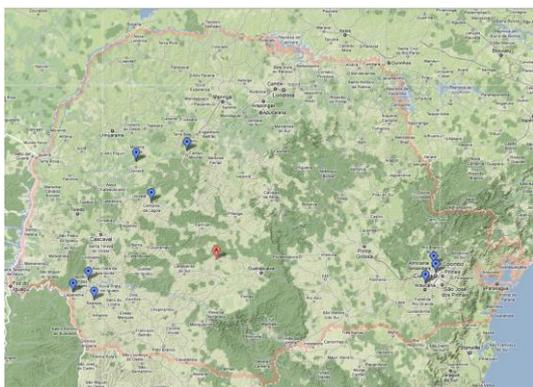
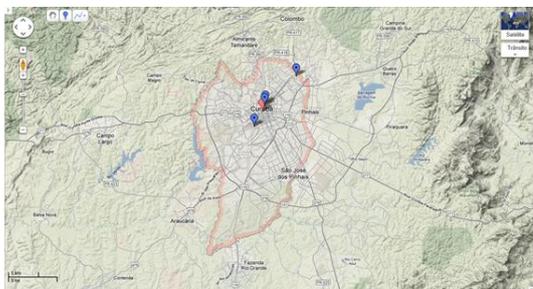
No mês de **maio**, foram realizadas as Correições indicadas abaixo:

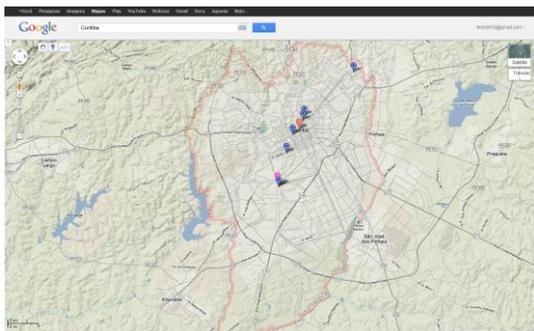
Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba

- 09/05/2012** – 7ª Vara Cível
- 09/05/2012** – 9º Juizado Especial Cível
- 23/05/2012** – 6ª Vara Criminal
- 23/05/2012** – 8ª Vara Cível
- 23/05/2012** – 1º Juizado Especial Criminal
- 24/05/2012** – 8ª Vara Criminal

Interior

- 04/05/2012** – Araucária
- 08 e 09/05/2012** – Serviço Distrital do Campo Comprido
- 14/05/2012** – Realeza
- 15/05/2012** – Capitão Leônidas Marques
- 16 a 18/05/12** – Capanema
- 25/05/12** – Ponta Grossa (Serviço Distrital de Itaiacoca)
- 28/05/12** – Goioerê
- 29/05/12** – Campina da Lagoa
- 30 a 31/05/12** – Campo Mourão





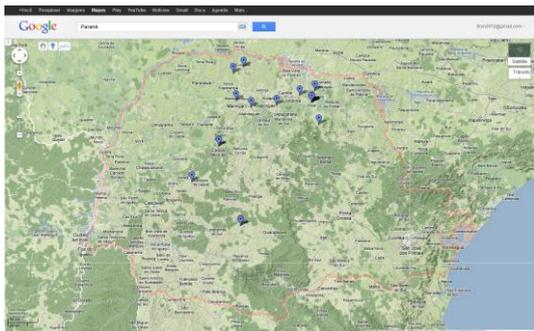
Para o mês de **junho**, estão previstas Correções indicadas abaixo:

Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba

05 e 06/06/2012 – 1º Tabelionato de Protesto

19 e 20/06/2012 – Distrital do Novo Mundo

20/06/12 - 10ª Vara Criminal, 10ª Vara Cível e 3º Juizado Especial Criminal



Interior

01/06/2012 – Campo Mourão

11/06/2012 Assaí

12/06/2012 – Uraí

13/06/2012 – São Jerônimo da Serra

14 e 15/06/2012 – Ibiporã

25/06/2012 – Colorado

26/06/2012 – Paranacity

27/06/2012 – Mandaguaçu

28/06/2012 – Arapongas

28 e 29/06/12 – Sarandi

“A boa luta travei. E levo comigo, no peito, o sentimento do dever retamente cumprido.”

Adilson Teixeira Costa, supervisor do cerimonial

Cleuza Aparecida de Carvalho, assessora de imprensa

Renê Jorge Ferreira, motorista da Presidência

† 22/05/2012

Nossas homenagens e eterna gratidão.
